

3

CAPÍTULO

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL NA CIDADE DE FRANCA(SP)

Santos, Douglas Parreira ^{1*}; Chaves, Manoel Rodrigues ²

¹ Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

² Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

* e-mail: douglas_santos88@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar questões sobre planejamento ambiental e urbano e políticas públicas voltadas para o ambiente, tendo como objeto de estudo o Programa Município Verde Azul na cidade de Franca(SP). O programa é uma ação do governo do Estado de São Paulo, que visa auxiliar a agenda ambiental dos municípios paulistas. Através de políticas públicas e um calendário, os municípios atingem metas e entram para um *ranking* anual que apresenta as melhores cidades no quesito ambiental. Entretanto não existem trabalhos acadêmicos ou de cunho investigativo que analisam esses programas de governo. A academia muito se atenta para outros programas de nível Federal

como; Bolsa Família, Bolsa Atleta, Lei Seca, SUS (Sistema Único de Saúde), UPA's (Unidades de Pronto Atendimento), UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora), Vale Cultura e etc. Contudo é necessário que nos atentemos também para outros tipos de programa de nível Estadual e Municipal. O intuito desse trabalho é analisar a autenticidade do Programa Município Verde Azul, como auxílio á agenda ambiental dos municípios do Estado de São Paulo, tendo como base a cidade de Franca(SP), uma das mais bem classificadas no *ranking* do programa.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Planejamento ambiental e Urbano; Programa Município Verde Azul

Santos, Douglas Parreira; Chaves, Manoel Rodrigues; "PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL NA CIDADE DE FRANCA(SP)", p. 45-60 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015.
ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap03

1. INTRODUÇÃO

Os gestores da cidade de Franca(SP)tem sempre se preocupado com a temática ambiental, promovendo projetos de sustentabilidade e Educação Ambiental nas diversas esferas da sociedade. Detentora de vários títulos e prêmios, a cidade do interior de São Paulo (localizada no nordeste do estado à 400Km da capital paulista), tem se destacado perante outras grandes cidades no quesito Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Dados da Trata Brasil de 2011, empresa responsável por estudos na área de Saneamento Básico (água e esgoto), perda de água e responsável pelo *ranking* de saneamento básico das cem maiores cidades do Brasil apontam que a cidade de Franca (SP) é uma das poucas cidades brasileiras que têm 100% de água e esgoto tratados.

Durante os últimos anos a cidade tem ficado entre as primeiras colocações nesse *ranking*: 2003 (25º), 2004 (4º), 2005 (3º), 2006 (3º), 2007 (1º), 2008 (2º), 2009 (3º), 2010 (3º), 2011 (6º) e 2014 (1º) (base de dados 2012-2014), mostrando assim a preocupação com o Saneamento Básico na cidade. Seja no quesito urbano ou ambiental, os gestores da cidade tem se atentado também para as questões sociais, para que assim haja uma significativa melhora na qualidade de vida dos cidadãos.

Dentre essas ações pode se destacar oFUSSOL (Fundo Social de Solidariedade), que desenvolve cursos gratuitos profissionalizantes ou de geração de renda com a reutilização ou reaproveitamento de resíduos industriais; COOPERFRAN (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região); Programa de Educação Ambiental que atende escolas, empresas, associações de moradores, centros de convivência de idosos e instituições com palestras, visitas monitoradas ao Centro de Coleta Seletiva, ao Aterro Sanitário, ao Jardim Zoobotânico, oficinas de reutilização de materiais, oficinas de conscientização ecológica, orientações a projetos e ações ambientais conjuntas como, por exemplo, plantio de árvores.

No ano de 2008 o Governo do Estado de São Paulo junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, criaram o Programa Município Verde Azul. Esse programa tem o intuito de estimular as prefeituras a implementarem e desenvolverem uma agenda ambiental estratégica, embasada em diretrizes de planejamento urbano e ambiental. Todos os seiscentos e quarenta e cinco (645) municípios aderiram ao programa, que propõe dez (10) diretrizes que abordam questões ambientais a serem desenvolvidas: Esgoto Tratado, resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental.

Desde o início do programa as notas da cidade de Franca (SP) foram: 2008 (24°), 2009 (114°), 2010 (24°), 2011 (40°), 2012 (19°) e 2013 (12°). Essas colocações servirão de embasamento para a pesquisa, como forma de comparar esse avanço no *ranking* do Programa Município Verde Azul com o Saneamento Básico da cidade.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, serão utilizados procedimentos e técnicas previamente delineadas para que o resultado possa ser o mais satisfatório e verídico possível. Os procedimentos metodológicos que serão utilizados: a) pesquisa teórica sobre a produção do espaço urbano, com ênfase em planejamento urbano; b) a pesquisa documental será feita a partir de análises de documentos das bibliotecas: Pública Municipal “Dr. Américo Maciel de Castro Junior e UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) de Franca(SP).

Para levantamento de dados estatísticos, auxiliarão a pesquisa a Prefeitura Municipal de Franca(SP), Secretaria de Meio Ambiente de Franca(SP) e SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo); c) a pesquisa de campo será realizada com a aplicação de uma entrevista ao secretário de meio ambiente da cidade de Franca(SP), o Sr. Ismar Rodrigues Tavares.

A escolha da cidade de Franca(SP), se deu pela cultura ambiental que a cidade possui. O Programa Município Verde Azul assim como outros programas de governo devem ser analisados criticamente, a fim de comprovar sua autenticidade. Portanto, a cidade de Franca(SP), modelo ambiental no Brasil, e uma das melhores colocadas no *ranking* do programa, também deve ser estudada mais a fundo.

Entende-se que é relevante a análise do Programa Município Verde Azul, pois não se tem estudos que discutem a autenticidade do programa. Existe uma carência de estudos voltados para programas governamentais no Brasil em nível Federal, Estadual e Municipal, portanto essa pesquisa tem importância social e acadêmica, uma vez que irá trazer a realidade do programa na cidade de Franca(SP). Os resultados dessa pesquisa podem auxiliar o Município estudado, e servir de embasamento para outros municípios do Estado averiguarem a real contribuição do programa e seus respectivos objetivos.

2. PROBLEMATICA DA PESQUISA

A falta de um Planejamento Urbano e Ambiental prévio e duradouro é marca da política brasileira e do sistema em que estamos inseridos, o que resulta em vários problemas para a sociedade, como; alagamentos; aterros irregulares;

impermeabilização excessiva; desmatamento; assoreamento de mananciais; desagregação das encostas; contaminação de mananciais superficiais e subterrâneos, falta de abastecimento de água dentre outros.

Em todas as esferas da sociedade o mau planejamento, ou a falta dele, tem reflexo também na academia e na ciência geográfica. Uma ciência que estuda e descreve o território com autoridade, tem dificuldades de trabalhar com o planejamento de cidades. Alguns autores da Geografia se arriscam a discutir sobre o planejamento territorial e de cidades, mas essas discussões são por vezes insuficientes para a magnitude da ciência. A maior diversidade de estudos sobre o tema é hoje escrito nas áreas de Engenharia, Administração, Economia e Arquitetura e Urbanismo.

A ciência geográfica tem embasamento e metodologias suficientes para discutir a questão de planejamento das cidades. A formação do geógrafo o deixa apto para auxiliar em planos diretores, estatutos e projetos em quaisquer esferas; Federal, Estadual ou Municipal. O que falta são profissionais interessados em voltar seus estudos e discussões para essa área.

Os programas governamentais sobre planejamento urbano e ambiental são importantes para o desenvolvimento das cidades e a gestão territorial. Porém a elaboração de leis e de projetos dessa área, são em sua maioria falhas ou servem apenas para campanha de governo.

Na academia os estudos são quase sempre voltados para grandes programas governamentais como: Bolsa Família, Bolsa Atleta, Lei Seca, SUS (Sistema Único de Saúde), UPA's (Unidades de Pronto Atendimento), UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora), Vale Cultura e etc. Existem inúmeros trabalhos, artigos e livros que discutem e analisam as ações do governo em nível Federal. O problema é que por vezes a academia não se atenta devidamente com ações estaduais e municipais.

O Programa Município Verde Azul é uma ação do governo do Estado de São Paulo, que busca incentivar os municípios a terem um planejamento urbano e ambiental sustentável e duradouro. Contudo um estudo sobre a veracidade do programa e sua funcionalidade é necessária. Principalmente por se tratar de um programa que é fundamentado em *rankings* e estatísticas, a fim de averiguar a autenticidade dos mesmos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A produção do espaço urbano tem sido questão de estudo da geografia por abordar a configuração do espaço social em sua totalidade, em diferentes

instancias.

Essa produção é um processo constante, a cidade é um órgão vivo que se modifica a todo instante, pelas relações com o homem e pelas necessidades do capitalismo. O conjunto complexo de diferentes usos da terra, próximos entre si como; centro da cidade, áreas industriais, áreas residenciais, áreas de lazer, periferias e etc, são definidos como espaço urbano.

O espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta. Essa é a essência da sociedade, materializada nas formas espaciais. O espaço urbano é mutável e é um fator que condiciona a sociedade. Condicionamento esse que se dá através de obras estruturais. Os aspectos econômicos moldam a sociedade, deslocando pessoas e estruturas para vários pontos da cidade. (CORRÊA, 1997. p. 149)

Segundo o autor, os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são; os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Portanto na cidade todas as pessoas produzem o espaço urbano, independentemente de sua classe social, renda, etnia ou crença.

A produção do espaço urbano de acordo com as necessidades de reprodução do capital vai além das necessidades de reprodução social, isso aumenta a mobilidade de pessoas e estruturas dentro das cidades. A partir do momento que o solo urbano muda de sentido para o capital, ele deixa de ser um lugar de fixidez de investimento para ser o lugar através do qual vai se realizar com fluidez. (CARLOS, 2011. p. 118).

Para se propor medidas de estabilidade estrutural na produção do espaço urbano, é necessário que se haja um prévio planejamento das ações que serão desenvolvidas dentro das cidades. A fim de que os objetivos sejam alcançados é preciso elaborar um conjunto de medidas, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos. Dessa forma a probabilidade de sucesso na execução das ações na cidade, embasadas em um plano pré definido, é grande. (DUARTE, 2007, p. 22)

A dimensão do discurso ambiental atinge todas as esferas da sociedade, apesar de emergente e necessário o debate acerca das questões ambientais ainda está longe de ser compreendida. A relação homem/natureza é motivo de discordância entre as ciências, que não conseguem dialogar e explicar essa relação de forma correta.

Tudo que fazemos hoje está vinculado a essa relação como “modo de vida”, nossas atividades cotidianas; trabalho, estudo, consumo, afinidade, moradia, salário, extinção das espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e água, contaminação

de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias, todas essas situações com as quais estamos envolvidos ou nos deparamos, estão inteiramente ligadas a esta dinâmica sociedade-natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.21)

A construção de uma racionalidade ambiental vai muito além das condições econômicas, políticas, sociais e culturais que ditam as formas dominantes de produção. A racionalidade ambiental está ligada também a ideologias teóricas e delimitadas por paradigmas científicos que dificultam as possibilidades de reorganizar as ideias sobre uma gestão urbana e ambiental adequadas. Para o professor Milton Santos (1988, p. 89) “o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos”. Estes objetos culturais fazem com que:

[...] a natureza conheça um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e está fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza (SANTOS, 1988, p. 89).

A complexidade da relação homem-natureza, atinge padrões, que em algumas vezes, foge da compreensão humana. Para Cunha e Guerra (1996) o meio ambiente, é o espaço de caráter dinâmico, organizado segundo as relações homem/natureza de acordo com cada contexto histórico. A insistente busca por metodologias adequadas, que proporcionem o equilíbrio e harmonia necessários para sustentar essa relação, parecem estar a cada ano, menos palpáveis.

É necessário dar importância às questões emergenciais ambientais, buscando aprimorar os conhecimentos dessa área, bem como inovar nas questões metodológicas vigentes (que em sua maioria, não são apropriadas) e a internalização do saber ambiental emergente dentro dos vários paradigmas científicos. Com essa base podemos pensar em articular e estruturar uma nova

racionalidade produtiva da gestão urbana e ambiental.

Planejamento ambiental urbano é o conjunto de mecanismos, processos e ferramentas que visam analisar a realidade de uma área e a partir disso, propor ações que possibilitem um aprimoramento dos aspectos de qualidade de vida da população. Para resumir o que é o planejamento ambiental e sua importância:

A sua execução é realizada através de programas de curto prazo. O controle de tais programas conduz ao conhecimento sobre a posição e o cumprimento do plano e permite ciclo de retorno entre planejamento a gestão. A realização dos planos passa por determinadas etapas: a) Identificação e descrição do sistema: reconhecimento das variáveis relevantes para a compreensão de sua estrutura e funcionamento; b) Definição dos objetivos com base nos problemas atuais e futuros e suas interações; c) Geração de soluções que melhor satisfaça os objetivos sem violar as restrições do sistema; d) Seleção da solução que melhor satisfaça os objetivos através de um processo de avaliação, no qual ter de dar entrada a certas apreciações subjetivas e juízo de valor e: e) Execução e controle. (A.C.S.Bastos, D.M. Silva, J.R.de Almeida, T.M. Malheiros, 2009 p.13)

A importância de seguir uma metodologia fundamentada e embasada é um processo sistêmico que deve buscar avanços em todas as esferas da sociedade. A relevância social nesse sistema de gestão e política é por vezes questionada, apesar de suas leis serem claras e objetivas. O que enfraquece por vezes esse sistema é o cumprimento dessas leis. Para que a função social da gestão pública e planejamento sejam cumpridas devidamente, o Congresso Nacional criou o Estatuto da Cidade (Lei 10257 de 10 de Julho de 2001), que no Art.2º estabelece o regulamento e algumas aplicações importantes dos instrumentos de gestão pública urbana:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana.

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

h) a exposição da população a riscos de desastres naturais. (Incluído pela Medida Provisória N° 547, de 2011)

i) a exposição da população a riscos de desastres. (Incluído dada pela Lei n° 12.608, de 2012) (LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. FONTE: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.html)

Segundo Santos (2002), apesar de estarem em regiões diferentes, ter tamanhos, populações adversas todas as cidades brasileiras são parecidas, nos problemas de gestão. A falta de emprego, habitação, transporte público, saneamento básico, lazer, educação e saúde são elementos que estão presentes em todas as cidades do Brasil, para o autor esse é um problema estrutural e falta de organização interna na gestão das cidades. Complementando esse pensamento sobre gestão urbana das cidades, Maricato (2000) afirma que esse problema de gestão é histórico e que deriva da divergência da teoria e a prática,

A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã - no texto e no discurso versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade - na prática da gestão urbana. A importação de modelos tecnológicos e culturais é intrínseca desse quadro marcado por reinserções históricas subordinadas. Não é por outro motivo que grande parte das análises, até mesmo abordagens históricas, do urbanismo brasileiro se restringem à pesquisa das ideias, como se o objeto se restringisse a elas e não incluísse a evolução do espaço e da práxis social. (MARICATO, 2000, p.135).

Contudo para fundamentar a discussão sobre planejamento urbano e ambiental é necessário fazer um estudo sobre políticas públicas, para entender como as mesmas funcionam.

Segundo Texeira (2002) as políticas públicas se resumem em princípios que nortearão a ação do poder público. São regras, procedimentos que serão utilizados para as relações entre o poder público e a sociedade. Sendo assim são, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. O autor ainda complementa,

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade. (TEXEIRA,2002, p.5)

Portanto um planejamento urbano e ambiental prévio é importante para o desenvolvimento da sociedade, em qualquer instância. Os programas governamentais, são uma forma de analisar a gestão pública, sua coerência, transparência e autenticidade. Ninguém melhor para investigar as ações do

governo, do que a própria população, afinal o Estado é para as pessoas e os governantes são nossos representantes.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa são os procedimentos que o pesquisador deve usar para nortear a sua pesquisa. A função essencial da metodologia é mostrar aos pesquisadores o “caminho das pedras” ou seja, “como fazer”. Esses passos serão dados através de procedimentos, ferramentas e técnicas a serem seguidos, para obter-se os objetivos propostos na pesquisa.

Segundo Chizzotti (1995, p.11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. Contudo, a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo.

A etapa desse trabalho deve incluir a justificativa da pesquisa, bem como as etapas de desenvolvimento da mesma; descrição do fenômeno ou área a ser estudada, os procedimentos de coleta e análise dos dados e demais recursos a serem utilizados a fim de que os resultados tenham o máximo de credibilidade e veracidade.

Destaca-se também o papel do pesquisador como ser científico e social. Na busca pelo novo, a ética no manejo e elaboração dos dados apurados, bem como a divulgação dos resultados de forma correta e fidedigna, são indispensáveis. Neste contexto o pesquisador deve interpretar a realidade pesquisada segundo instrumentos conferidos pela sua postura teórico-epistemológica, atentando-se para a relevância teórica e social da pesquisa. (LUNA, 2005)

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa serão realizadas as seguintes etapas: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; e c) pesquisa de campo. Esses processos serão desenvolvidos em momentos distintos dentro da pesquisa, obedecendo a sequência e o cronograma prévio estabelecido para a realização da mesma.

4.1. PESQUISA TEÓRICA

A pesquisa teórica tem o objetivo de compreender um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo (LUNA, 2005). Partindo dessa afirmação a pesquisa teórica tem grande relevância na formação do pesquisador. É nessa etapa que o pesquisador através de leituras, consegue delinear uma linha de pensamento que vai de encontro com seus

ideais como ser científico e social.

O método que será usado nessa pesquisa será o Método Dedutivo. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Pressupõe-se que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Para o desenvolvimento de uma pesquisa é importante que o pesquisador tenha um domínio teórico e conceitual do tema proposto pela pesquisa. Embasado em leituras específicas, por meio de um rigoroso processo de levantamento bibliográfico é que se conhece o que já foi estudado e produzido em determinada área do conhecimento.

Nessa etapa da pesquisa, serão utilizadas bibliografias que discutem a produção do espaço urbano como: Carlos (2007, 2008, 2011), Carlos, Souza e Sposito (2011), Rodrigues (2001, 2011), Santos (2008, 2009) e Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2013)

Para auxiliar na compreensão do conceito de planejamento urbano e políticas públicas serão utilizados os autores: Arantes, Vainer e Maricato (2002), Corrêa (2010) e Duarte (2007) e Lopes (1998). Literaturas que discutem a dinâmica das cidades, gestão urbana, cidades planejadas e políticas urbanas, dentre eles: Acselrad (2001), Chaves (2003), Rodrigues (2008, 2013), Maricato (2001, 2009, 2014), Souza (2011, 2013), Vilaça (2001, 2012) e Vitte e Keinert (2009).

Também como fonte teórica serão feitas leituras de trabalhos (Teses, Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), materiais do acervo do Grupo de Pesquisa Dinâmica dos Ambientes Planejamento e Gestão Ambiental (GEDAP/CNPq/UFG), Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq/UFG), dentre outros que auxiliarão na compreensão teórico-conceitual sobre a produção do espaço urbano e sobre planejamento urbano.

4.2 PESQUISA DOCUMENTAL

De acordo com Gil (2002, p. 62), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”. Sendo assim a pesquisa não implica altos custos e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Segundo Pádua (1977)

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/

comprar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1977, p. 62)

Servirão como fonte documental as bibliotecas; Pública Municipal “Dr. Américo Maciel de Castro Junior e UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) de Franca(SP). Para levantamento de dados estatísticos, auxiliarão a pesquisa a Prefeitura Municipal de Franca(SP), Secretaria de Meio Ambiente de Franca(SP) e SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) também da cidade.

4.3 PESQUISA DE CAMPO

Nessa etapa, para fomentar a base empírica da pesquisa será usada a técnica da entrevista, com o intuito de obter informações, que dificilmente seriam adquiridas por meio de questionários. Vale destacar que apesar a entrevista pode levantar dados qualitativos essenciais para a pesquisa, mas pode também, levantar informações de caráter quantitativo.

Essa entrevista será feita com o Secretário de Meio Ambiente da cidade de Franca(SP) o Sr Ismar Rodrigues Tavares. O intuito da mesma será adquirir informações sobre: a) O Programa Município Verde Azul, b) Planejamento Ambiental na cidade de Franca(SP); c) A relação/influência que o Programa Município Verde azul tem com o Planejamento Ambiental na cidade. Após a coleta e registro dos dados, ocorrerá a análise dos mesmos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico. (CHIZZOTTI, 1995).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada está sendo desenvolvida e se encontra na etapa de coleta de dados. Os resultados esperados para essa pesquisa se baseiam na cultura da cidade de Franca(SP), a cidade no ano de 2014 atingiu o índice de 100% no *ranking* nacional de Saneamento Básico. Cadastrada no Programa Município Verde Azul desde sua criação, em 2008, os dados que estão sendo apurados junto a Secretaria de Meio Ambiente de Franca(SP), auxiliarão à fazer um comparativo da melhora na agenda ambiental da cidade, após a criação do programa.

Portanto com esses dados poderá ser feito um comparativo da evolução das políticas ambientais internas da cidade de Franca(SP), bem como analisar a autenticidade do Programa Município Verde Azul, suas políticas e auxílios aos municípios cadastrados.

Title: PLANNING ENVIRONMENTAL AND PUBLIC POLITICS: AN ANALYSIS OF THE PROGRAM MUNICÍPIO VERDE AZUL IN THE CITY OF FRANCA(SP)

Abstract

This paper intends to present issues on environmental and urban planning, and public politics on environment, the object of study is the Município Verde Azul Program in Franca (SP). This program is an initiative of the state government of São Paulo, which aims to assist the environmental agenda of the counties. Through public politics and timetable, municipalities reach goals and go for an annual *ranking* that showcases the best cities in the environmental aspect. However there is no academic investigative research that analyze these government programs. The academy is very attentive to programs of Federal level such as; Bolsa Família, Bolsa Atleta, Lei Seca, SUS (Unified Health System), UPA's (Emergency Care Units), UPP's (Pacifying Police Units), Vale Cultura, and others. Therefore, it is necessary attention to programs of state and municipal levels programs. The aim of this paper is to analyze of the Município Verde Azul Program as an aid to environmental agenda of municipalities in the State of São Paulo, base on the city of Franca (SP), one of highest ranked in the ranked of the program.

Keywords: Public Politics; Planning Environmental and Urban; Município Verde Azul Program

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Henri Acselrad (org). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CARLOS Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: LABUR, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARLOS, A.F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 157.
- CHAVES, M. R. **Descentralização da política Ambiental no Brasil e a Gestão dos Recursos Naturais no Cerrado Goiano**. 2003. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal Paulista, Rio Claro, 2003.
- CHIZZOTTI, **A Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. S.Paulo:Cortez,1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1997.
- DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. Curitiba: IBPEX, 2007.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, .1999.
- GUERRA, Antônio José Texeira; CUNHA, Sandra Baptista. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 8^o. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 418 p.
- INTSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Sobre a Cidade de Franca/SP**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351620&search=|infogr%E1ficos:informa%E7%F5es-completas> Acesso em: 15 de jun. de 2014 às 14:10
- LOPES, Rodrigo. **A Cidade Intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).
- MALHEIROS, Telma Marques, **Política e planejamento ambiental**. 3. ed. rev. e atual., 3.reimpr. Rio de Janeiro: Thex, 2009. 480 p.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias — Planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**: Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014.
- MARICATO, Ermínia. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In. São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.
- MILARÉ, Édis. Política Ambiental Brasileira. In: TAU-K-TORNISIELO et all. (Orgs.)**Análise Ambiental: Estratégias e Ações**. São Paulo: T. A. Queiroz / UNESP, 1995.
- PALÁCIO DO PLANALTO. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>

br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em 5jul. de jul. 2014 às 20:50.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Produção do espaço e ambiente urbano**. In Sposito, M. Encarnação(org). Urbanização e Perspectivas. Unesp. 2001, p. 211-230.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **A matriz discursiva sobre o “Meio Ambiente” Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos**. In. A Produção do Espaço Urbano. Contexto. 2011, p. 207-230.

RODRIGUES, Arlete Moyses. M. **O espaço Urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade**. In. Planejamento Urbano no Brasil – Conceito, diálogo e práticas. Santa Catarina: Argos, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moyses. 2013. **Políticas Públicas: FGTS e Planos Diretores. Conteúdos e Significados**. Cidades, Rio Claro, v. 9, n. 16, 2012, p. 11-30.

SANTOS, D.P. **Considerações acerca do meio ambiente: Compreendendo questões socioambientais contemporâneas**. 2013. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba. 2013

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 89.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2002

_____. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Município Verde Azul**. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/Municpioverdeazul/o-projeto/> Acesso em: 9 de abr. de 2014 às 12:05

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÓSITO, Eliseu Savério. SPÓSITO, Maria E. B. SOBARZO e SOBARZO, Oscar (orgs). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TEXEIRA, Everaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local na transformação da realidade**. Salvador-BA: UFBA, 2002.

TRATA BRASIL. **Ranking de Saneamento Básico no Brasil**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/Tabela-Ranking.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2014.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI Silvana Maria (Orgs). **A cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VITTE, Claudete de Castro Silva e Keinert Tânia Margarete Mezzomo. **Qualidade de vida, Planejamento e Gestão Urbana: Discussões teórico metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.